



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

166
P

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0290533-5

APELANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO
PROCURADOR : MARIA RAQUEL SANTOS PIRES
APELADO : THADEU FELIPE DOS SANTOS
PROCURADOR : ANA LÚCIA DE GÓES BEZERRA ALVES OAB/PE 024231
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIFERENÇAS ATRASADAS DECORRENTES DA APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O cerne da questão em apreço reside na discussão acerca do alcance da correção monetária e dos juros de mora das diferenças atrasadas apuradas pelo apelado decorrente da sua aposentadoria.

2. Prescrição quinquenal não houve, considerando que o réu reconheceu seu débito, efetuou o pagamento, quitando-o, sem a correção monetária, somente em setembro de 2006. A partir daquele mês surgiu o direito do autor de cobrar o pagamento do reajuste monetário.

3. Enquanto não finalizado o pagamento do valor principal, não tem início o prazo prescricional para a cobrança de correção monetária. Conforme documentos que instruem o processo, o autor recebeu a última parcela do pagamento do saldo devido em setembro de 2006, de forma que apenas nesta data teve início a contagem do prazo prescricional para o ajuizamento da ação. O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou nesse sentido (STJ, 1ª Turma, AgRg no Ag 1376281/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJe de 15/08/2011).

4. O reajuste monetário não é um *plus*, mas apenas a identificação da moeda no tempo, evitando-se o enriquecimento ilícito sem causa da parte adversa.

5. Nessa esteira, considerados os limites da ação, bem como os limites de apreciação e julgamento, admite-se, na prática a adoção de correção monetária como forma de recomposição justa do valor nominal da moeda.

6. A Corte de Uniformização da Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ, pacificando a controvérsia até então existente nos Tribunais pátrios, posicionou-se nos autos de recurso representativo da controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC, no sentido de que os juros de mora têm natureza eminentemente instrumental e, por isso, à luz do princípio *tempus regit actum*, este novo preceito é aplicável, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.

7. Destarte, a correção monetária deverá incidir a partir do primeiro dia seguinte ao vencimento da obrigação, aplicando-se a Tabela Encoge até 29.06.2009, momento em que os juros e a correção monetária devem ser,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

168
D

calculados englobadamente, conforme os índices da caderneta de poupança (art. 1º-F, da Lei 9494/97).

8. À unanimidade, Recursos de Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, negar provimento ao presente Recurso de Agravo, mantendo incólume a decisão monocrática, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 27. MAIO. 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

166
df

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0290533-5

APELANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO
PROCURADOR : MARIA RAQUEL SANTOS PIRES
APELADO : THADEU FELIPE DOS SANTOS
PROCURADOR : ANA LÚCIA DE GÓES BEZERRA ALVES OAB/PE 024231
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo contra decisão que negou seguimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, mantendo a sentença resolutive de mérito proferida pelo MM. Juiz de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, cf. fls. 139/146.

Inconformado com a decisão unipessoal, o Estado de Pernambuco interpõe o presente recurso, postulando o provimento do agravo que deduziu.

Em suas razões recursais, o recorrente em nada inovou, limitando-se a repisar os termos da irresignação, sem maiores disquisições.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42. É o relatório.

Recife, 27. MAIO, 2014


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

169
df

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0290533-5

APELANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO
PROCURADOR : MARIA RAQUEL SANTOS PIRES
APELADO : THADEU FELIPE DOS SANTOS
PROCURADOR : ANA LÚCIA DE GÓES BEZERRA ALVES OAB/PE 024231
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Entendo que a decisão monocrática proferida às fls. 139/146 deve, à evidência, permanecer incólume, tendo em vista que os principais pontos da insurgência foram devidamente enfrentados.

O cerne da questão em apreço reside na discussão acerca do alcance da correção monetária e dos juros de mora das diferenças atrasadas apuradas pelo apelado decorrente da sua aposentadoria.

Constata-se que o autor recebeu, em parcelas, de setembro de 2005 a setembro de 2006, o montante de R\$ 75.075,58 (setenta e cinco mil setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos). Todavia, no ato do pagamento, não foi incluído o reajuste monetário deste saldo devido.

Merece, portanto, ser acolhido o pleito autoral.

Prescrição quinquenal não houve, considerando que o réu reconheceu seu débito, efetuou o pagamento, quitando-o, sem a correção monetária, somente em setembro de 2006. A partir daquele mês surgiu o direito do autor de cobrar o pagamento do reajuste monetário.

Após determinação do pagamento do valor anteriormente mencionado, os apelados iniciaram o pagamento administrativo do passivo de forma parcelada, o que atrai a incidência do art. 4º do decreto nº 20.910/1932.

Art. 4º Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

Logo, enquanto não finalizado o pagamento do valor principal, não tem início o prazo prescricional para a cobrança de correção monetária. Conforme documentos que instruem o processo, o autor recebeu a última



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

170
[assinatura]

parcela do pagamento do saldo devido em setembro de 2006, de forma que apenas nesta data teve início a contagem do prazo prescricional para o ajuizamento da ação.

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS ATRASADOS. PAGAMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O prazo prescricional para a cobrança de correção monetária e juros moratórios de verbas remuneratórias pagas a servidor público com atraso começa a fluir na data do pagamento realizado em valor insuficiente. Precedentes do STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(STJ, 1ª Turma, AgRg no Ag 1376281/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJe de 15/08/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INDICAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. COBRANÇA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO INCLUÍDAS NO PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DO SERVIDOR. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO A MENOR.

1. Quanto à suposta ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, observa-se que a irresignação não possui fundamentação adequada, pois a agravante se limitou a alegar contrariedade ao referido dispositivo, não tendo, todavia, desenvolvido tese a respeito ou demonstrado de que maneira o acórdão recorrido o teria violado. Assim, incide sobre a espécie o enunciado da Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. "O prazo prescricional para a cobrança de eventuais juros e correção monetária, referentes a pagamento em atraso pela Fazenda Pública de débito sem atualização, tem como termo inicial a data do efetivo pagamento, de acordo com o princípio do actio nata. Precedentes." (AgRg no REsp 334.047/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/3/2008, DJe 22/4/2008)

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ, 6ª Turma, AgRg no Ag 1255458/MG, Rel. Min. OG Fernandes, DJe de 11/10/2010)

In casu, a ação foi ajuizada em novembro de 2008, não tendo, data vênua, transcorrido o prazo prescricional citado no recurso voluntário.

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

12/10/14

A pretensão do autor é a de, simplesmente, receber as diferenças acrescidas da devida correção do valor que lhe era devido após a fixação dos proventos da aposentadoria. Ele não reclama da forma pela qual foi quitada a dívida.

Certo é que a omissão da Administração ao incorrer em mora significou flagrante ilegalidade. O autor foi compelido a suportar o atraso, por alguns anos, até receber, em várias parcelas, o pagamento da verba a que fazia jus, recebendo o valor sem a devida correção monetária.

O reajuste monetário não é um *plus*, mas apenas a identificação da moeda no tempo, evitando-se o enriquecimento ilícito sem causa da parte adversa.

Nessa esteira, considerados os limites da ação, bem como os limites de apreciação e julgamento, admite-se, na prática a adoção de correção monetária como forma de recomposição justa do valor nominal da moeda.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA. AÇÃO MONITÓRIA. DISCUSSÃO SOBRE EVENTUAL DIREITO DE REGRESSO. QUESTÃO AFETA AO DIREITO OBRIGACIONAL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO.

- 1. Tratando-se de responsabilidade pelo recolhimento e pagamento de contribuição previdenciária, se a controvérsia diz respeito a eventual direito de regresso, insere-se no âmbito do direito privado, e não do direito público.*
- 2. A correção monetária, por não constituir um plus da condenação, e sim a recomposição do valor da moeda, deve incidir a partir do desembolso de cada parcela. Aplicação da Súmula n. 83/STJ.*
- 3. Mantém-se a decisão agravada cujos fundamentos não foram infirmados.*
- 4. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg nos EDcl no REsp 1098027/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 07/03/2014)

CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DE EMISSÃO.

- 1. "A data de emissão do cheque é o termo inicial de incidência de atualização monetária." (AgRg no REsp 1.197.643/SP, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, unânime, DJe de 1º.7.2011).*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

172
dl

2. A correção monetária não representa acréscimo ao valor devido, mas mera recomposição inflacionária.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1330923/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 01/10/2013)

Pois bem. O art. 1º - F, da Lei 9.494/1997, com redação conferida pela Lei nº 11.960/2009, estabelece que:

"Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança."

A Corte de Uniformização da Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ, pacificando a controvérsia até então existente nos Tribunais pátrios, posicionou-se nos autos de recurso representativo da controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC, no sentido de que os juros de mora têm natureza eminentemente instrumental e, por isso, à luz do princípio *tempus regit actum*, este novo preceito é aplicável, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência. O referido Acórdão se acha ementado nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".

2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

3. *Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso.*

4. *Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09*

5. *No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum.*

6. *Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.*

7 *Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada.*

8. *Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos." (RECURSO ESPECIAL Nº 1.205.946 - SP (2010/0136655-6), RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES, Órgão Julgador: Corte Especial, Julgado em: 19.10.2011, DJe: 02.02.2012.) (original sem os grifos)*

Nesse talante, os valores decorrentes de condenações contra a Fazenda Pública, após a entrada em vigor do art. 1º-F, Lei 9.494/97, com redação atribuída pela Lei nº 11.960/2009, devem observar os critérios de atualização (juros e correção monetária) em conformidade com tal dispositivo, enquanto vigorarem. Lado outro, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então em vigor.

Nessa contextura, os juros deverão incidir a partir da citação, nos termos da Súmula 69, do TJPE¹, devendo ser observados os índices da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F, da Lei 9.494/97, com redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 11.960, de 30.06.2009.

Com relação à correção monetária, o c. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento segundo o qual tal acessório é devido desde o momento em que as parcelas remuneratórias deveriam ter sido pagas.

¹ Súmula 069. Na condenação da Fazenda Pública ao pagamento verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, incidem juros moratórios, a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela MP nº 2.180/2001, em 24/08/2001, sendo aplicável, dali em diante, o percentual de 6% ao ano.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

174
[assinatura]

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS INCORPORADOS. TRANSFORMAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO. ATRIBUIÇÕES MANTIDAS. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI N. 6.899/1991. TERMO INICIAL. VERBAS REMUNERATÓRIAS. MOMENTO EM QUE AS PARCELAS DEVERIAM TER SIDO PAGAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA. (Agravado regimental improvido. (AgRg no Ag 1069951 / SC, Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior, Órgão Julgador: Sexta Turma, Data do Julgamento: 15/05/2012) (original sem os grifos)

Ementa:

(...)

13. A correção monetária relativa às parcelas remuneratórias devidas aos servidores públicos deve incidir desde o momento em que as verbas deveriam ter sido pagas; enquanto a relativa à indenização por danos morais deve incidir a partir da data do provimento judicial que fixou o quantum devido a esse título.

14. No que concerne à alegada necessidade de que seja reconhecido como indexador da correção monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, constata-se a ausência de interesse recursal, pois o Tribunal a quo já determinou a utilização desse indicador.

15. As normas que disciplinam os juros moratórios possuem natureza processual - instrumental - devendo incidir de imediato nos processos em andamento. Precedentes do STJ e do STF.

16. Tratando-se de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a empregado público, os juros de mora incidirão da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009. 17 Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido. (REsp 1069794 / PR, Relator(a): Ministra Laurita Vaz, Órgão Julgador: Quinta Turma, Data do Julgamento: 27/03/2012) (original sem os grifos)

Destarte, a correção monetária deverá incidir a partir do primeiro dia seguinte ao vencimento da obrigação, aplicando-se a Tabela Encoge até 29.06.2009, momento em que os juros e a correção monetária devem ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MX
d

calculados englobadamente, conforme os índices da caderneta de poupança (art. 1º-F, da Lei 9494/97).

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente Recurso de Agravo, mantendo, em consequência, a decisão ora guerreada.

É como voto

Recife, 27. MAIO. 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator